



## **VIOLÊNCIA CONJUGAL: RUPTURAS E PERMANÊNCIAS DE UMA ORDEM PATRIARCAL**

Hilda Alejandra Gavilanes Jimenez<sup>1</sup>

O objetivo do presente trabalho é realizar uma reflexão sobre o fenômeno da violência conjugal, focalizando com maior ênfase os fatores geradores da permanência ou da ruptura das relações violentas. Nesse sentido, pretendemos transitar sobre um aspecto pouco abordado nos estudos sociológicos sobre essa temática no intuito de contribuir nos estudo desta problemática. Este trabalho foi elaborado a partir dos dados pesquisados na minha dissertação de Mestrado, em Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 2007.

Consideramos o fenômeno da violência conjugal como um processo complexo e heterogêneo, resultante dos profundos processos de dominação patriarcal, acarretando sérias e graves conseqüências não somente para a sociedade civil como um todo, mas também para o desenvolvimento da vida das mulheres (NARVAZ & KOLLER, 2006). Seguindo a linha de reflexão de Pateman (1993) compreendemos o patriarcado como uma forma de organização social, reproduzida e mantida nas sociedades contemporâneas. A autora assinala que, ao longo do tempo e nos diferentes momentos históricos, com o desenvolvimento do sistema capitalista, produziu-se uma separação e uma diferenciação das esferas da vida pública e privada, o que levou à organização de papéis dicotômicos de homens e de mulheres em todos os campos da vida social. Essa fragmentação complexa, histórica e social expressa-se no campo da conjugalidade através da constituição hierárquica de papéis sexuais, engendrando esferas de poder desiguais e inequitativas: o campo do masculino associa-se ao poder e à autoridade; o campo do feminino, à maternagem e ao cuidado dos(as) filhos(as).

Percebemos que nesse modelo tradicional, baseado em posições diferenciadas e hierárquicas, organizam-se representações, valores e símbolos associados ao masculino – a autoridade/disciplina do lar – e ao feminino – como o cuidado/socialização dos filhos(as) –. Reproduzem-se, assim, padrões normativos e prescritivos, entendidos como características e atributos “naturais” de homens e mulheres, sendo difundidos na vida social (NARVAZ & KOLLER, 2006). Os dados coletados pela pesquisa, nos permitem constatar que quanto mais as relações conjugais se aproximam desse modelo maior é a dependência financeira das mulheres em relação aos parceiros agressores. Essa dependência financeira constitui uma variável importante na

---

<sup>1</sup>Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: alhild@hotmail.com



permanência das mulheres nas relações de violência conjugal, uma vez que se produzem condições que as empurram a permanecerem nas relações com seus parceiros agressores.

Constatamos que após algumas tentativas de separação dos parceiros, as mulheres voltam a conviver com os mesmos, devido às dificuldades relativas ao sustento e à manutenção dos seus filhos (as). Na maioria dos casos, elas experimentam o insucesso no sustento do lar como representativo de impotência, angústia e frustração, reforçando-se a imagem de “inépcia” ou de “incapacidade” econômica da mulher. Além disso, nesse processo de tentativa de separação conjugal, as dificuldades avolumam-se, quando as mulheres não dispõem do apoio econômico e moral por parte das suas famílias ou de suas comunidades<sup>2</sup>. Ao serem analisadas as narrativas das entrevistadas, observou-se que a maioria das famílias das mulheres pertence a camadas pobres urbanas, que não dispõem de recursos e não podem oferecer apoio eficaz para suportar os ônus acarretados por uma separação conjugal. Também verificou-se que algumas delas dispõem de poucos espaços de comunicação e inter-relação com suas famílias de origem, uma vez que essas moram em cidades distantes, gerando-se um vácuo que impossibilita parcerias e apoios durante o processo de separação. Em outros casos, as mulheres optam por não solicitar apoio das famílias ou de parentes próximos, porque temem que se produzam conflitos entre seus familiares e os parceiros.

Pode-se ainda acrescentar a esse quadro a ineficácia do papel do Estado no que tange à formulação de políticas públicas que propiciem às mulheres oportunidades de inserção no mercado de trabalho, a fim de terem acesso a recursos econômicos. Nessa linha de discussão, Walby (1990)<sup>3</sup> afirma que as políticas públicas existentes contribuem para a perpetuação do problema da violência conjugal, dado que o Estado não fornece às mulheres que se encontram em condições de violência conjugal suficientes recursos, mantendo-as sob a dependência econômica dos maridos violentos.

Ao ser analisada a trajetória de vida das mulheres que continuam em contextos de maus tratos, é possível observar que a grande maioria delas experimentou condições de pobreza e de baixa qualidade de vida, de pouco acesso à escolaridade, chegando, na maioria dos casos, a completar apenas a quarta série do ensino fundamental. Esses fatores, somados à dependência financeira, trazem à tona processos muito complexos, que se traduzem para as mulheres em poucas

---

<sup>2</sup>Koller & Narvaz (2006) referendam os dados coletados para este trabalho, a respeito da falta de apoio da família extensa e da comunidade como um fator estrutural que reforça a dificuldade de ruptura com o ciclo da violência conjugal.

<sup>3</sup>As afirmações de Walby (1990) partem dos estudos de Hanmer & Saunders (1984) sobre a análise da violência conjugal na estrutura patriarcal. A mesma autora também analisa os estudos de O'Brien, os quais demonstram que as mulheres estão mais expostas à violência por parte de seus maridos quando elas possuem níveis inferiores de renda e educação.



possibilidades de separação dos parceiros agressores. Além disso, a saída do domicílio por parte da mulher torna-se num processo dolorido e intrincado e, em muitos casos, traz problemas para elas e seus filhos (as) tais como a quebra da rotina de vida, a perda da moradia fixa, acarretando transtornos advindos com as mudanças, como a troca de escola dos filhos, além dos problemas afetivos e emocionais. Camargo (1998) assinala que geralmente os processos de deslocamento das famílias surgem como uma consequência da defesa frente à agressão rotinizada e “que igualmente leva a mulher e seus filhos, muitas vezes a perder a moradia e o suporte social conquistado (escola, creche, posto de saúde).” (CAMARGO, 1998:128).

É necessário salientar que nesse modelo patriarcal de homem provedor e mulher dona de casa, organiza-se um conjunto de valores e atributos associados a uma representação masculina ligada à autoridade, ou ao sustento da família, legando ao homem o papel do “cabeça do lar” e fazendo da mulher a figura responsável pelos cuidados dispensados ao lar, ao marido e aos filhos(as). Nesse sentido, observamos que no imaginário das entrevistadas, tais representações se ligariam à relação conjugal ideal, na qual homens e mulheres ocupariam papéis determinados, hierarquizados e não associados a uma imagem desigual, mas complementar, em que cada um cumpre com seu papel social. Dentro desse conjunto de representações, as mulheres assinalaram que a autoridade em relação aos filhos (as) constitui uma questão da alçada paterna ideal, pois ela é vista como característica eminentemente masculina, como um “valor moral” em relação aos filhos (as), em especial quando estes se encontram na adolescência.

A representação do homem como “cabeça do lar”, estabelecida pelo sistema patriarcal, surge nas entrevistas como um fator positivo, ainda mais quando os homens cumprem de maneira satisfatória com o “seu papel” de provedores e de autoridade com os (as) filhos (as), mostrando-se responsáveis com a educação ou futuro destes. Apesar de algumas mulheres entrevistadas apontarem falhas no papel dos parceiros, como provedores ou como pais, e considerá-los “agressivos”, “pouco criativos”, “ciumentos”, “possessivos” e “autoritários”, a grande maioria delas considera seus parceiros como “bons pais”, “preocupados”, “comunicativos” e que “possuem boas relações com os filhos” etc, e, portanto, importantes na condução da vida familiar.

Esses dados permitem verificar que as representações relativas à ascendência paterna eram associadas ao bem-estar da família e, por conseguinte, a uma defesa da organização familiar. Nesse mesmo sentido, Narvaz & Koller (2006) sugerem que as representações relativas à união familiar refletem um possível modelo ideal de família nuclear, baseado em diferenças de gênero. Segundo essas autoras, essas representações também contribuiriam para a manutenção da



sujeição das mulheres em contextos violentos, tendo em vista que são aprendidas de geração a geração, fortemente socializadas e ancoradas na cultura patriarcal. Ademais constatamos que os processos de permanência estão também correlacionados ao acesso das mulheres a recursos públicos para a intermediação da situação de risco relativa à violência conjugal. Elas utilizaram, freqüentemente, o recurso policial (Delegacias de Polícia e DEAMs) e as instituições de atendimento para mulheres violentadas como a Casa Abrigo “Sempre Viva” e o Centro “Bem Vinda”.

Com respeito ao uso do recurso policial, alguns aspectos devem ser salientados. Rompendo com o silêncio e com o ocultamento de violências, a maioria das mulheres optou por recorrer à polícia depois de muitos conflitos e de muitas agressões físicas por parte dos parceiros. Em alguns casos, o silêncio foi criado por sentimentos de vergonha em relação à violência conjugal vivenciada numa vida a dois. Na maioria dos casos, as mulheres apontaram que, com freqüência, os parceiros as ameaçavam de morte se elas os denunciassem ou fizessem uso do recurso policial. Nas narrativas das mulheres, o medo e o temor decorrentes dessas repetidas ameaças freqüentes dos parceiros aparecem como causa do adiamento da denúncia da violência conjugal.

De modo global, foi observado que o recurso policial é considerado ineficaz tanto na intermediação das relações violentas quanto na coibição do comportamento agressivo dos parceiros. Para as mulheres, alguns aspectos dificultariam o acesso ao recurso da polícia ou diminuiriam a eficácia desse recurso: a) tal recurso não restringe definitivamente o comportamento agressivo dos parceiros, pois que, após um período de tempo posterior à denúncia policial, eles retornam ao comportamento violento e, em alguns casos, de forma mais intensa; b) a solicitação de provas ou de testemunhas por parte da polícia é percebida como um empecilho pelas mulheres, na medida que nem sempre encontram pessoas que concordem em testemunhar ou mesmo pelo fato da violência ocorrer no campo privado; c) em muitas ocasiões, os parceiros são advertidos pelos policiais para não cometerem atos violentos contra suas parceiras, o que não surte efeito.

Ao analisar os processos de ruptura das relações violentas, observamos que eles estão, em parte, correlacionados à instabilidade do modelo tradicional patriarcal de homem provedor e mulher dona de casa. Partimos do pressuposto de que a instabilidade desse modelo permite mudanças na organização dos papéis sociais, trazendo, como consequência, a presença de graus menores de dependência financeira e moral das mulheres em relação aos parceiros.

O primeiro aspecto refere-se ao fato de que a maioria das mulheres que romperam com as relações abusivas encontrava-se distante do modelo tradicional de homem provedor e mulher dona



de casa. Foi observado que além de realizarem atividades no espaço doméstico, elas se encarregam também do sustento do lar, contribuindo de maneira importante na economia do grupo familiar. Esse papel de suporte econômico de grande parte das necessidades do lar, assumido pelas mulheres, deve-se, também, ao não-cumprimento satisfatório desse papel pelos parceiros, uma vez que seus recursos são gastos de modo excessivo no consumo de álcool e droga. Como assinala Fonseca (2000), em muitos contextos, a contribuição econômica da mulher não é aparente, dando a falsa impressão de que somente os homens contribuem para o orçamento familiar. É necessário levar em consideração que, nos contextos nos quais os homens deixam de colaborar com o sustento do lar, mostrando-se ausentes das responsabilidades econômicas, crescem os níveis de desigualdade e de inequidade, trazendo, como consequência, a sobrecarga para a vida das mulheres e fazendo com que os contextos violentos adquiram um caráter ainda mais complexo para a vida delas.<sup>4</sup> No entanto, observa-se que a realização de trabalhos remunerados traz, como efeito, menores espaços de dependência financeira das mulheres em relação aos parceiros, porque, tendo recursos próprios, são atribuídos a elas maiores níveis de decisão na gerência e administração do lar ou são permitidos maiores espaços de barganha.

Constatamos que esses menores níveis de dependência financeira e moral podem ser analisados quando observamos as tentativas de separação conjugal das mulheres. Todas as mulheres que se separaram dos parceiros agressores apontaram que o acesso a recursos econômicos próprios e o apoio dado pelas famílias de origem no que se relaciona ao suporte emocional e econômico constituíram fatores fundamentais, permitindo estabelecer uma separação definitiva dos parceiros agressores. Na narrativa das mulheres, esse dado ganha um lugar de destaque. Para Narvaz & Koller (2006), o apoio da família e da comunidade recebido pelas mulheres em contextos de violência rotinizada e crônica são fundamentais na ruptura das mulheres dos contextos abusivos e violentos.

Como foi exposto anteriormente, a instabilidade do modelo tradicional do homem provedor e mulher dona de casa traz como consequência mudanças nas representações de gênero. Os dados coletados mostram que as representações das mulheres que romperam com as relações violentas contradizem os papéis tradicionais de homens e mulheres. A grande maioria delas expôs, como elemento relevante, que as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos deveriam ser responsabilidade

---

<sup>4</sup>Consideramos que o fato de que, em grande parte dos casos analisados, os homens se ausentavam das necessidades econômicas do lar e do cuidado dos filhos (as), o que traz como consequência, por um lado, a sobrecarga de trabalho para as mulheres, e, por outro lado, observamos que os homens, mesmo com sua ausência, usufruíam das conquistas econômicas das mulheres. Esse aspecto constitui um indicador dos espaços de desigualdade nas relações conjugais aqui estudadas.



de homens e mulheres, assim como também as tarefas de sustento do lar. Essas representações revelam as demandas das mulheres por relações mais igualitárias no que diz respeito à divisão mais eqüitativa dos papéis de gênero, de espaços de maior reciprocidade e autonomia de cada um no que tange ao campo da conjugalidade.

O fato de os parceiros mostrarem-se, em grande parte, ausentes do sustento do lar e do cuidado dos filhos (as) traz, como consequência, a perda de espaços de valorização, por parte das mulheres, que os percebem, como “pais ruins”. Além disso, essas representações, quando associadas ao consumo de “álcool” e “drogas”, levam as mulheres a perceberem os parceiros como “pais viciados” ou como pais que dão “mau exemplo”, o que mostra o lugar e a perda de valor dos parceiros nas representações das mulheres. A desvalorização dos parceiros em relação ao papel paterno teve peso relevante na opção das entrevistadas pelo processo de separação conjugal.

Como foi analisado no caso das mulheres que permanecem em contexto violentos, aquelas que romperam com as relações abusivas utilizaram o recurso policial, representado pelas Delegacias de Polícia e pelas Delegacias de Atendimento a Mulher (DEAMs), e pelos centros de apoio a mulheres vitimadas representados pela Casa Abrigo “Sempre Viva” e pelo Centro de Atendimento “Bem Vinda”. No entanto, é importante levar em consideração algumas diferenças relevantes.

O recurso policial é percebido como um recurso ineficaz na intermediação e na solução dos problemas de violência conjugal. As justificativas são semelhantes àquelas apontadas pelas mulheres que permanecem em contextos violentos: constitui um recurso lento, burocrático e, em muitos casos, observa-se que sua utilização ainda acarreta atos mais violentos por parte dos parceiros abusivos. No entanto, os dados coletados mostram-nos que, no caso das mulheres que romperam com as relações abusivas, a queixa policial é vivenciada como uma ato de “defesa” ou de “coragem” em relação a “protestar” contra as agressões masculinas. Embora isto não tenha possibilitado uma solução no que diz respeito à violência conjugal, elas consideram que esses “atos de defesa” são a expressão da “busca de justiça” de seus direitos quebrantados e reivindicação de sua autovalorização.

Consideramos relevantes esses dados, visto que constituem um indicador das mudanças ocorridas na percepção das mulheres com relação às situações violentas, manifestando-se a necessidade de romper os momentos de silêncio ou de reserva vivenciada por elas nesses contextos.

Consideramos as demandas femininas de “protesto” ou de “reivindicação de direitos” não só como indicador da resistência das mulheres em torno do poder patriarcal, como também



indicador de uma agência feminina que tenta mudar os espaços de silêncio e vitimização em contextos violentos. Essas dimensões são também salientadas na pesquisa etnográfica de Dantas & Giffin (2005) sobre as mulheres violentadas pelos seus parceiros. As mulheres pesquisadas pelas autoras não se adaptam mais ao destino feminino da cultura patriarcal de “agüentar” as situações de vitimização objetivadas nas situações de agressão masculina nas relações conjugais. Assim, as autoras analisam que a recusa da mulher em manter relações sexuais com os parceiros pode ser vista como mecanismo de resistência frente ao contexto abusivo de suas relações conjugais.

Como assinala Almeida (1998), essa escalada de agressões pode ser percebida como uma série de assassinatos cotidianos que fazem com que o espaço familiar das mulheres constitua um cenário de risco para sua vida e de seus filhos (as). Essa passagem pelo abrigo indica a gravidade que envolve o fenômeno da violência conjugal e, especificamente, o nível dramático das agressões masculinas, nível este que deve ser levado em consideração quando são analisadas as características das agressões femininas e masculinas. Como salientam Nolasco (2001), Machado (1998) e Minayo (2005), nos cenários de violência conjugal, os homens aparecem como os principais atores dessa violência.

Por meio da narrativa das mulheres, observamos que a ruptura das relações violentas é considerada como um processo que as levou à conquista de sua autonomia, de sua liberdade e de seu bem-estar. As mulheres manifestam, através de várias representações, o fato de terem conseguido sair do ciclo da violência.

Partindo da análise dos fatores que incidem na ruptura das mulheres dos contextos violentos, observamos que eles podem ser associados à instabilidade do modelo patriarcal baseado em papéis dicotômicos do “homem provedor e mulher dona de casa”, que leva as mulheres a graus menores de dependência financeira e moral, acarretando maiores possibilidades de participação na esfera pública e a maiores graus de parceria, socialização e comunicação na comunidade. Como salienta Almeida (1998), esse fator é importante, pois a participação exclusiva das mulheres na esfera doméstica traz como conseqüência, em muitos contextos, a restrição e privatização das relações sociopolíticas, levando-as, em muitos casos, a níveis maiores de isolamento e exclusão. Assim também, consideramos que o grau de apoio e de parceria que as mulheres encontraram na família e na comunidade constituem também variáveis fundamentais, uma vez que eles configuram suportes econômicos e morais, que objetivam as possibilidades de separação das mulheres nos contextos violentos. Constatamos que a articulação desses elementos se reflete de maneira fundamental nos processos de separação e ruptura das mulheres dos parceiros agressores.



De modo global, podemos concluir que a permanência e a ruptura das mulheres nas relações violentas envolvem processos complexos e heterogêneos que devem ser analisadas à luz dos conceitos de patriarcado e de gênero. Por um lado, a permanência das mulheres nas relações violentas constitui um claro indicador da persistência das formas tradicionais do poder patriarcal, expressas na organização de um modelo conjugal objetivado e assentado em papéis dicotômicos e hierárquicos de gênero. Os dados coletados nos permitem afirmar que esse modelo conjugal estrutura níveis complexos e profundos de dependência econômica e moral das mulheres de seus parceiros agressores. Por outro lado, as mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas no campo de gênero colocam em instabilidade desse modelo conjugal tradicional patriarcal, graus menores de dependência econômica e moral das mulheres de seus parceiros, objetivando a possibilidade de ruptura das mulheres de seus parceiros agressores.

#### *REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

- ALMEIDA, Suely de Souza de. *Femicídio: algemas in(visíveis) do público e privado*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- CAMARGO, Márcia. Novas políticas públicas de combate a violência. In: BORBA, Ângela et al. *Mulher e política. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- DANTAS, Sônia Maria, GIFFIN. Karen. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2005. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php? 311X2005000200008&lng=pt&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_text&pid=S0102-311X2005000200008&lng=pt&nrm=isso) >. Acesso em: 25 Set 2007.
- FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary et al. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- MACHADO, Lia. Matar e morrer no feminino e no masculino. In: OLIVEIRA Dijaci et al. *Primavera já partiu*, Brasília: Editora Vozes, 1998.
- MINAYO, Maria Cecília. Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2005. Disponível em: < [http://www.scielo.br?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232005000100005&lng=pt&nrm=isso](http://www.scielo.br?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000100005&lng=pt&nrm=isso) >. Acesso em: 26 Set 2007.
- NARVAZ, Martha. KOLLER, Silvia. *Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas* Imediata 2006. Disponível em: < <http://www.pucrs.br/psico/revistapsico/volumem37> >. Acesso em: 27 Set. 2007.
- NOLASCO, Sócrates. *De Tarzan a Homer Simpson*. Banalização da violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.



PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

WALBY, Sylvia. *Theorizing patriarchy*. Brasil: Blacwell, 1990.